

CPI próxima do fim

A intensa resistência das esquerdas já não é suficiente para vencer o compressor que se forma contra a prorrogação do prazo de encerramento da CPI do Orçamento. A perspectiva política oferecida por outra CPI — a da CUT —, a retomada das articulações em torno da chamada terceira via, e a constatação de que a CPI presente já ofereceu meios de sobra para punir os crimes verificados no universo legal de suas investigações indicam à maioria do Congresso que a vexaminosa história dos anões ladrões acaba neste ano.

O raciocínio dos parlamentares com liderança expressiva sobre segmentos do Congresso é o de que a CPI deve, agora, concentrar-se na formação dos processos que culminarão nas cassações dos mandatos daqueles sobre os quais já se formou convicção de culpa. São aqueles mesmos sete que o **Estado** antecipou no início da CPI — Genivaldo Correia, Cid Carvalho, Fábio Ranhueitti, Manoel Moreira, José Geraldo, Feres, Nader e João Alves, acrescidos da zebra Ibsen Pinheiro.

O deputado Ricardo Fiúza, segundo avaliações de integrantes da CPI, não será apanhado na rede do Orçamento. "Não é o ramo dele", ironiza um parlamentar com assento na CPI. Um raciocínio do deputado Benito Gama (PFL-BA), coordenador da subcomissão de bancos, ilustra bem esse sentimento que começa a dominar o Congresso. Usando o jargão em voga na CPI, ele diz que não há sentido em se buscar agora mais tubarões (personagens políticos de expressão acima da média) para causar impacto, porque isto exigiria novas e intensas buscas (pesca em alto mar no mesmo jargão), sem garantia de retorno. "Temos de embrulhar e despachar o que já foi pescado concretamente e que aguarda destino na praia", explica.

O último tubarão, por esse raciocínio, será o ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), cujas tentativas de salvamento, ensaiadas por ala corporativista do Congresso, fracassa-

ram. A CPI recebeu de setores políticos influentes um recado claro: se não se proceder à cassação de Ibsen, não se poderá cassar nenhum dos corruptos. Explica-se: o delito de Ibsen tem peso maior pelo símbolo que representava na luta contra a corrupção, que teve seu auge na condução pessoal e implacável do impeachment de Collor.

A animar quem não lucrou ou perdeu eleitoralmente com a CPI do Orçamento está a convicção de que o PT acusou o golpe da instalação da CPI da CUT. A reação destemperada do sindicalista Jair Meneguelli e as declarações imprecisas do candidato Luiz Inácio Lula da Silva indicam, para os defensores desta CPI, que há o que apurar. O senador Esperidião Amin (PDS-

SC), ao contrário da CPI do Orçamento, evita vazamentos antecipados de informações, mas já dispõe de dados concretíssimos a provar que do crime eleitoral de que acusa seus adversários, o PT também é réu.

Mais que isso, Esperidião prepara divulgação de documentos que vão escandalizar os que têm uma visão romântica do PT. Além de cheques há, por exemplo, um dossiê provando que o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos

de São Paulo, filiado à CUT, fez capital de giro com dinheiro de causas trabalhistas vitoriosas movidas por filiados, e que, pelo menos um deputado estadual do PT, foi beneficiado com empréstimo pessoal respaldado nessa verba. São muitos os dissidentes que municiam, como marinalvas do PT, a CPI da CUT.

Outro fator a pressionar a CPI do Orçamento pelo cumprimento de seus prazos normais é a determinação de se retomar a revisão constitucional. Parlamentares pró-revisão contam que seus interlocutores no PT e PDT já não se mostram mais tão otimistas em relação ao aborto da revisão como no início da CPI do Orçamento. E vêm na mobilização de rua, iniciada ontem em Brasília pelos contras, uma confissão de enfraquecimento político da tese de adiamento da revisão no Congresso.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

Amin prepara divulgação de documentos que vão escandalizar os que têm visão romântica do PT